



**CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO  
TOCANTINS - CPPI TOCANTINS  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2021**

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte um, quarta-feira, às quatorze horas e dez minutos, reuniu-se o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - CPPI Tocantins, para a quinta reunião ordinária, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, o Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Sr. Claudinei Aparecido Quaresemin, na forma do disposto no art. 7º e art. 8º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020 e Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020, por meio de plataforma online: Presidente do Conselho: Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Claudinei Aparecido Quaresemin, e os seguintes Conselheiros: o Suplente do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Iranilson Ferreira Mota; Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação: Juliana Passarin; a Suplente da Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.: Elaine Maria de Matos; o Suplente do Procurador Geral do Estado: José Humberto Pereira Muniz Filho, bem como o Secretário Executivo do CPPI-Tocantins, o Sr. Robson Menezes Ferreira. Participaram como convidados: o suplente do Presidente do Conselho o Sr. Alan Rickson Andrade de Araújo; o Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento: Sergislei Silva de Moura; o Secretário de Estado de Saúde: Luiz Edgar Leão Tollini; o Presidente do Instituto de Natureza do Tocantins: Renato Jayme da Silva; o Suplente do Presidente da Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa: Paulo Leniman Barbosa Silva; a Assessora Jurídica da SPI: Eliane Grossmann e o Assessor Especial: Marcos Roberto Moura de Souza que auxiliará nos trabalhos. Foi dado início da reunião pelo Presidente do CPPI-Tocantins, após cumprimentar os convidados e demais presentes, conduziu os trabalhos conforme disposição em pauta, iniciando pelo tema projeto de concessão dos serviços turísticos do núcleo do Parque Estadual do Jalapão e áreas adjacentes. Ato contínuo, designou a palavra para o seu suplente, o assessor Sr. Alan Rickson Andrade de Araújo para apresentação e auxílio na condução dos trabalhos. Assim, deu-se início às deliberações sobre os temas dispostos em pauta. **O primeiro item para deliberação: Apresentação dos estudos de modelagem e autorização do cronograma do Diálogo Público do projeto Concessão de Serviços Turísticos do Núcleo do Parque Estadual do Jalapão e área adjacente ao Parque.** O Sr. Alan Rickson informou a situação do projeto de Concessão de Serviços Turísticos do Núcleo do Parque Estadual do Jalapão e área adjacente ao Parque, bem como os limites poligonais que abrangem a área da concessão. Posteriormente explicou sobre os investimentos privados ao longo da concessão, destacando que os valores vão chegar em torno de R\$ 190.566.230,00 ao longo de trinta anos de concessão, compondo os investimentos de CAPEX: R\$ 10.700.000,00 e OPEX: R\$ 179.866.000,00, esclarecendo que o grande volume de investimento do setor privado estará voltado para a operação do parque. Destacou também outros indicadores que foram avaliados, para então chegar ao valor da outorga fixa mínima no valor de R\$ 1.885.509,03, o valor da outorga



variável de 0,5% mensais sobre a Receita Operacional Bruta (ROB), a partir do 49º mês, trazendo ao longo do investimento cerca R\$ 1.674.000,00 diretamente ao caixa único do tesouro do Estado. Além disso, o privado terá que investir em MACROTEMAS, que é o investimento direto em ações ligadas a Unidade de Conservação do Jalapão e as comunidades locais, tais como: turismo de base comunitária, proteção e conservação do meio ambiente, estímulo ao empreendedorismo, artesanato e agricultura familiar, manutenção da unidade gestora do parque, dentre outros. Salientou que o investimento é feito diretamente, por meio de apresentação de projetos pelo Naturatins e o Conselho do Parque. O valor é 5,00% do ROB, a partir do 13º mês, que vai levar investimentos direto para região, estimados ao longo dos anos em R\$ 17.417.000,00. Em seguida enfatizou os números relacionados aos tributos que serão gerados no período da concessão, onde a soma dos tributos Federais está em torno de R\$ 45.620.000,00, Estaduais R\$ 4.091.000,00 e municipais R\$ 63.187.000,00. Ressaltou ainda que vão ser gerados em torno de 1.627 novos postos de trabalho. Também evidencia que o privado terá obrigação de contratar 10 brigadistas fixos de combate ao fogo, durante os doze meses do ano e mais 4 monitores temporários para proteção do Capim Dourado, no período mais crítico, próximo a colheita, demanda que foi apontada pela própria comunidade local. Na sequência, passou a palavra ao Secretário Executivo do CPPI, Robson Menezes, que abriu espaço aos questionamentos dos presentes. Posteriormente, o Presidente do Naturatins, Renato Jayme, solicitou esclarecimento sobre os recursos destinados à contratação de brigadistas, quanto a possibilidade de converter esses valores para o valor da outorga fixa. Com o retorno da palavra, o Secretário Executivo esclareceu que o BNDES entregou os estudos de modelagem e que cabe o Conselho agora, com base no Parecer técnico, avaliar se a modelagem cumpriu com as diretrizes estabelecidas e autorizar os próximos passos, seguindo para a fase de diálogo público. Alterações nas minutas e na proposta ainda podem ser realizadas durante as próximas etapas, de consulta e audiência públicas, antes do certame licitatório. Todos podem colaborar e fazer sugestões, estando franqueado aos Secretários, aos membros do Conselho, inclusive o próprio Tribunal de Contas, pode solicitar alterações. Concluídas as colocações e aberta a votação pelo Presidente, o Conselho decidiu, por unanimidade, acolher o Parecer Técnico nº 001/2021/GT-Parques emitido pelo Grupo de Trabalho interinstitucional, SGD: 2021/75019/000416, acerca da conclusão dos estudos de modelagens técnica, jurídica e econômico-financeira da concessão de serviços turísticos do núcleo do Parque Estadual do Jalapão e área adjacente que integram a área de concessão e, considerando a conveniência e oportunidade do órgão executor, opinar pela continuidade dos procedimentos administrativos e seguimento para fase de Diálogo Público – Consulta e Audiência Pública. Ato contínuo, fora analisado o segundo item para deliberação: sobre realização de estudos preliminares do Projeto - Rede de Atenção Hospitalar – Hospital Geral de Gurupi. O Presidente do Conselho passou a palavra para o Secretário de Estado de Saúde, Luiz Edgar Leão Tollini, que explanou que Hospital Geral de Gurupi já encerrou a primeira etapa e tem o pedido para realização da segunda etapa na parte da execução de obra, necessitando ainda equipar e operar esse Hospital. Em seguida enfatizou que



atualmente funcionam nessa estrutura existente apenas 20 leitos de UTI – Covid e os demais serviços estão na estrutura antiga do Hospital Regional de Gurupi. Posteriormente informou a necessidade de avaliar a possibilidade de realizar uma PPP e acredita que terá muita viabilidade, uma vez que pode ser um projeto de muita celeridade e economicidade, além de atender as necessidades existentes realizando o que o Estado não tem condições no momento. Ressaltou a economia que obteve para gerir os leitos na época da pandemia utilizando-se de parceria com a iniciativa privada, economia essa em torno de vinte milhões. Finalizou ainda, explicando que poderia se pensar e estudar inclusive a possibilidade de fazer PPP na ala de pediátrica do HGP. Por conseguinte, o Secretário Executivo ressaltou que o que está sendo colocado é incluir na carteira de parcerias e investimentos os estudos preliminares para verificar a viabilidade de uma PPP para finalizar a construção, realizar gestão e a operação do Hospital Geral de Gurupi. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, opinou favoravelmente e submete à deliberação do Governador do Estado a determinação de realização de estudos preliminares, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Tocantins – Tocantins PPI, o Projeto Rede de Atenção Hospitalar - Hospital Geral de Gurupi e outros serviços posteriormente indicados, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por fim, o Presidente do CPPJ passou a palavra ao Secretário Executivo que explanou sobre a possibilidade de reuniões extraordinárias ainda esse ano, ocasião em que o Presidente poderá convocar o Conselho, uma vez que outros projetos da carteira estão com as modelagens sendo concluídas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Marcos Roberto Moura de Souza, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

**Presidente do Conselho**

Claudinei Aparecido Quaresemin: pp 

**Suplente do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços**

Iranilson Ferreira Mota: 

**Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação**

Juliana Passarin: \_\_\_\_\_

**Suplente da Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A**

Elaine Maria de Matos: 

**Suplente do Procurador Geral do Estado - PGE**

José Humberto Pereira Muniz Filho: 